

**PROFISSÃO DOCENTE, PROFISSÃO DECENTE?:  
estratégias de professores frente ao sofrimento no trabalho em um ambiente de inovação  
pedagógica**

**Autoria:** Ghisèle Baeta Frota, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

**RESUMO**

Esse artigo analisa os processos de sofrimento no trabalho de professores universitários e as estratégias desenvolvidas para lidarem com essa realidade. Para tanto, foram pesquisados 21 professores do curso de Administração de uma IES privada. Os resultados indicam que apesar de satisfeitos com a profissão e com a instituição há o reconhecimento de que o aumento da carga de trabalho, precarização das condições de trabalho, mercantilização do ensino, aumento do número de IES, maior ênfase no resultado econômico e dificuldade do professor se manter atualizado são fontes relevantes de sofrimento no trabalho docente nos tempos atuais.

## 1 Introdução

O campo de estudo da saúde mental e trabalho se encontra em desenvolvimento. Os avanços evidenciados apontam para a importância da interdisciplinaridade e para as diversas possibilidades em relação à abordagem e articulação desses temas. Pesquisas de revisão da literatura relacionada ao tema, publicadas nas últimas décadas, trazem novas perspectivas de intervenção e novos delineamentos para as investigações nesse campo, incluindo aspectos como cultura, valores e fatores etiológicos, nos estudos sobre o desgaste emocional no trabalho. Além disso, alguns estudos defendem o caráter preventivo das intervenções e estratégias de promoção dos valores humanos (BORGES; ARGOLO, 2005).

Mendes (2003) realizou um levantamento de títulos, autores e instituições, recobrando o período de 1950-2002 e referente a teses e dissertações que, direta ou indiretamente, abordam questões da relação entre trabalho e saúde. Observou-se que a imensa maioria dos problemas de saúde abordados se referia a trabalhadores industriais, num espectro de categorias bastante amplo e sob abordagens próximas às da medicina do trabalho. Apenas em anos recentes vêm emergindo estudos do setor de serviços, ampliando-se os tipos de ocupações pesquisadas que, tradicionalmente, se concentravam nas categorias de bancários e de trabalhadores da área de informática. Nessas pesquisas, as análises enfatizam questões derivadas da organização do trabalho (MINAYO- GOMEZ; LACAZ, 2005).

Tem-se estudado as diferentes estratégias de defesa no nível da estrutura psíquica, as maneiras de resistência psicológica em categorias de bancários, telefonistas, os que lidam com a informática, os professores de ensino médio e fundamental. O que se observa é que os transtornos psíquicos aparecem quando o sujeito perde sua capacidade de adaptação ou defesa (CARVALHO, 1995; DEJOURS, 1992). Para Enriquez (2000), os trabalhadores estariam cada vez menos livres em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique. Nessa situação, submetidos ao "stress profissional", não conseguiriam manter-se senão por meio da utilização indiscriminada de psicotrópicos. Mendes e Tamayo (2001) abordaram as relações entre o equilíbrio das vivências de prazer-sofrimento com valores organizacionais. A partir de um estudo empírico, revelaram que os participantes vivenciaram mais prazer no trabalho, relacionado com autonomia, estrutura igualitária, harmonia e domínio. O sofrimento associava-se negativamente com autonomia, estrutura igualitária e domínio.

Os estudos realizados com professores (tanto aqueles que abordam o estresse como os que abordam as condições de trabalho e saúde) caracterizam a prática de ensino como um trabalho dotado de intensificação das relações interpessoais que mobiliza os chamados fatores psicossociais do trabalho docente (CODO, 1999; ESTEVE, 1999). Pesquisas sobre a relação entre condições do trabalho docente e saúde são relativamente recentes no país. A pouca tradição desse tema é responsável pelo fato de haver ainda um conjunto de questões que carecem de aprofundamento teórico e pesquisa empírica. Além disso, a carreira acadêmica detém o conhecimento de múltiplos capitais, como o intelectual, social, cultural, econômico (FREITAS, 2007). A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu as condições de trabalho para os professores ao reconhecer o lugar central que estes ocupam na sociedade, uma vez que são os responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida (OIT, 1984).

Nesse contexto, mostra-se interessante discutir os problemas de saúde relacionados ao trabalho que adquirem maior relevância social, e, portanto, torna-se relevante responder às seguintes questões: Como se dão os processos de sofrimento no trabalho de professores universitários? Quais as estratégias desenvolvidas por professores universitários para lidar com o sofrimento no trabalho?

A predominância de abordagens ergonômicas, enfatizando principalmente questões derivadas da organização do trabalho industrial, pouco focadas no setor de serviços, serve também de incentivo para a construção do presente estudo. O objetivo geral deste artigo é analisar os processos de sofrimento no trabalho de professores universitários e as estratégias desenvolvidas por eles para lidar com este sofrimento.

A unidade de observação do estudo foi o curso de Administração do *campus* avançado de uma instituição de ensino superior (IES) privada no estado de Minas Gerais. Optou-se pela IES em questão pelo fato de ser uma instituição consolidada e reconhecida no cenário educacional, ocupando posição de destaque no ensino superior do estado de Minas Gerais, que reformula sua prática pedagógica e propõe a inauguração de um *campus* avançado com várias estratégias para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

## 2 Saúde e Trabalho Docente

A partir dos anos de 1970, acentua-se no país o agravamento das condições econômicas e a expressiva expansão e deterioração do sistema público de ensino, trazendo efeitos desastrosos ao funcionamento das escolas, especialmente nos grandes centros urbanos (SAMPAIO, MARIN, 2004). Tais questões são abordadas nos estudos de Esteve (1999), realizados na Universidade de Málaga, Espanha. As contribuições deste autor apresentam-se como um marco na discussão das condições do trabalho docente por sistematizar o debate sobre o conjunto de dificuldades e de constrangimentos profissionais que afetam o trabalho dos professores, usando o termo mal-estar docente para designá-los. A expressão mal-estar, segundo o autor, "*é intencionalmente ambígua (...) sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por quê*" (ESTEVE, 1999, p.12).

Tal expressão tem sido usada para designar os efeitos permanentes, de caráter negativo, que afetam a personalidade dos professores, como resultado das condições psicológicas e sociais, produzidas no processo de trabalho, suportado a custo de desgaste e sofrimento (ESTEVE, 1999).

Esteve (1999) enumera algumas consequências, como: sentimentos de desconcerto e insatisfação diante dos problemas reais da prática da educação, contradição com a imagem ideal que os professores queriam realizar; desenvolvimento de esquemas de inibição, como forma de cortar a implicação pessoal com o trabalho que se realiza; pedido de transferência como forma de fugir de situações de conflitivas; desejo manifestado de abandonar a docência (realizado ou não); absenteísmo como mecanismo de cortar a tensão acumulada; esgotamento, cansaço físico permanente; ansiedade como risco ou ansiedade de expectativa; estresse; depreciação de si, auto-culpabilização pela incapacidade de melhorar a educação; ansiedade, como estado permanente; neurose reativa; depressões.

O "*trabalho decente*", conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Envolve os objetivos estratégicos da OIT (liberdade sindical; direito de negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação), além da promoção do emprego produtivo e de qualidade, da melhoria das condições de trabalho, do fortalecimento do diálogo social e da ampliação da proteção social (OIT, 2012).

Observa-se que os trabalhadores docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas e administrativas, contudo, expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo (faltam-lhes condições de trabalho adequadas) quanto do ponto de vista subjetivo.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão docente é hoje considerada como uma das mais estressantes, uma profissão de risco. Refere-se também à presença da síndrome de *burnout* entre os professores (OIT, 1984).

A síndrome de *burnout* envolve três componentes: exaustão emocional (esgotamento e queda no empenho pela produtividade), despersonalização (aparecimento de sentimentos e atitudes negativos) e falta de envolvimento pessoal no trabalho (queda no desempenho, comprometendo o trabalho) (CODO, VASQUES-MENEZES, 2006).

A educação moderna está pautada no processo de dominação e poder burocrático. As escolas apresentam as mesmas características burocráticas que as organizações públicas ou empresariais. Da mesma forma como alunos têm que enfrentar processos avaliativos, os professores e funcionários das escolas são submetidos a testes, a avaliações de desempenho, tendo seu trabalho constantemente controlado pela instituição (PAIVA, CASALECHI, 2009).

O papel do professor extrapola a mediação do processo de conhecimento do aluno. Ampliou-se a missão do profissional, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, precisa participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, se estendendo às famílias e à comunidade. Pode-se dizer que o sistema de ensino transfere ao profissional a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na instituição, que estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação e contrata um número de profissionais por vezes insuficiente (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

No quadro de mudanças do modelo industrial para o chamado "modelo pós-industrial", o movimento conjuntural atual é muito mais complexo, diversificado, difícil, desafiante e instável. Nessa nova configuração, surgem problemas provenientes da incorporação do novo paradigma tecnológico de organização e gestão do trabalho, vinculados ao setor de serviços (MINAYO - GOMEZ; LACAZ, 2005).

Com as transformações do mundo do trabalho, mudaram também as características do mercado de trabalho, no ramo da educação. Neste sentido, registram-se a massificação do ensino, a mercantilização, a expansão do ensino superior privado, a utilização das estratégias organizacionais voltadas para o lucro. Todos estes fatores favorecem a comercialização do ensino e são passíveis de ser vistos no contexto atual de educação. Ao mesmo tempo, influenciam também o perfil do professor, que vem sendo rediscutido, na tentativa de atender a estas demandas.

Além disso, as características atribuídas ao professor universitário vêm sendo redefinidas também em função de fatores como o contexto socioeconômico e político, a inserção de novas tecnologias, as exigências de qualificação para o ingresso no mercado de trabalho (ESTEVES, 2004; LEMOS, 2005). Observa-se uma desvalorização da figura do professor, a perda de prestígio, de poder aquisitivo, de condições de vida e, sobretudo, de respeito e satisfação no exercício da profissão. Além disso, exige-se deste profissional constante atualização, dependendo do seu próprio salário para isto. A precariedade das relações de trabalho também atinge tanto aos professores da rede pública como da rede privada (LEMOS, 2005; LÜDKE; BOING, 2012).

Freitas (2007) nos mostra o triste e real cenário, onde o professor é considerado um "auleiro", ou, aulista, não podendo emitir juízo sobre seu trabalho na sala de aula. É um

“*garoto bem mandado e obediente*”, que tenta garantir seu trabalho no próximo semestre, sem contar com o apoio institucional. A lógica é a do lucro com salas de aula superlotadas de pessoas que parecem, cada vez mais, ter o interesse apenas no diploma que possibilite o exercício ou a promoção profissional (FREITAS, 2007, p.202): “*Sem autoridade, paixão, prazer e respeito, o professor obedece aos desmandos provenientes da ausência de coordenação e valores institucionais, cedendo à chantagem da manutenção do emprego, onde seu empregador lhe diz que o aluno é o cliente e, por que paga, tem sempre razão.*”

Dejours (1992) ressalta que a organização e o “*conteúdo significativo do trabalho*” (autonomia, auto-realização, reconhecimento, humanização) influenciam diretamente o nível de insatisfação do sujeito, fazendo surgir o sofrimento. A insatisfação proveniente da inadaptação do “*conteúdo ergonômico do trabalho*” (as exigências da tarefa, ou a carga de trabalho) ao homem pode originar manifestações somáticas de doenças físicas e mentais (DEJOURS, 1992, p.52-53). Todos os tipos de trabalho são úteis para se construir um mundo, porém nem todos eles são geradores de alegrias, de descobertas, de encontros e de crescimento (FREITAS, 2007).

É possível se afirmar que o ofício acadêmico oferece a possibilidade de trajetórias que são construídas a partir de interesses pessoais, percepção de competências, oportunidades de carreira e barreiras ou estímulos postos pelos contextos institucionais (BASTOS, 2007). O ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão requerem perfis de competência diferenciados e não é comum encontrar-se, em um mesmo indivíduo, todas essas características reunidas (FREITAS, 2007a). É fundamental levar em conta essa diversidade do ofício acadêmico, para que possamos entender como o docente se relaciona com o seu trabalho, com a instituição que o emprega, e, quais as consequências dessas relações sobre o seu sentimento de realização, prazer, desprazer ou sofrimento (BASTOS, 2007; FREITAS, 2007a).

Existem demandas psicológicas contraditórias entre o “*ser professor*” e o “*ser pesquisador*”. Contudo elas não são incompatíveis, pois é preciso atentar-se para o fato de que a “*competição na arena acadêmica é sutil e exige aparência de esportividade; porém, ela não é menos violenta que em outros cenários*” (FREITAS, 2007).

Na academia, é comum aqueles que precisam de apoio e esclarecimentos se sentir afastados pela autoridade. As críticas são vistas de maneira pessoalizada. O professor que almeja o crescimento, procura ocupar todas as posições, todos os espaços de possíveis alianças, enquanto o “*invejoso*” trabalhará para que seu “*colega-rival*” não tenha o *paper* aceito, ou o livro divulgado ou, de algum modo, não seja reconhecido pelo seu trabalho. “*Quando o ambiente de trabalho é ruim, na verdade ele é péssimo e os grupos vivem o tempo para fabricar e potencializar intrigas.*” (FREITAS, 2007).

Como consequência desse novo cenário, a academia é hoje um lugar de risco para a saúde. O excesso de trabalho tem sido produzido pela mudança na prática de ensino e de pesquisa, com a incorporação de novas tecnologias que ajudam, mas, aceleram o ritmo de trabalho. Além das competências relacionadas à sua área de conhecimento específica e à sala de aula, o professor deve ter conhecimentos tecnológicos mínimos para preparar seu material didático, usando instrumentos cada vez mais sofisticados, enviar seus artigos e livros por meio de sistemas de informática, manter seus cadastros junto a diversas entidades, acompanhar financiamentos junto a órgãos de fomento, acompanhar e avaliar o trabalho de seus alunos, validar trabalhos para revistas e congressos. Enfim, não basta ele ter apenas um ótimo conhecimento da sua área. O apoio administrativo foi praticamente eliminado e os prazos são cada vez mais curtos, as oportunidades mais disputadas, a cobrança cada vez maior. Uma parte significativa da carga de trabalho é realizada em casa, à noite ou nos finais

de semana (FREITAS, 2007a).

Tornam-se frequentes as doenças psicossomáticas entre professores de todos os níveis e ambientes de trabalho. Gastrite, taquicardia, hipertensão, irritabilidade, insônia, depressão e síndrome do pânico estão entre os males mais diagnosticados. O estresse profissional se alimenta hoje de múltiplas fontes. A sala de aula, o relacionamento com os alunos, as cobranças excessivas, a falta de tempo, a competição, a contínua atualização tecnológica e da área de estudos dão origem a uma fadiga institucional que coloca a carreira como uma das mais estressantes do mercado (BASTOS, 2007; CODO, 1999; ESTEVE, 1999; FREITAS, 2007a; LEMOS, 2005).

Aparentemente, a escola tradicional, autoritária, verticalizada, extremamente burocrática mudou, o que não quer dizer que se esteja diante de uma escola democrática, pautada no trabalho coletivo, na participação dos sujeitos envolvidos, ministrando uma educação de qualidade. Valores como autonomia, participação, democratização foram assimilados e reinterpretados, substantivados em procedimentos normativos que modificaram o trabalho escolar. O trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente.

As configurações contemporâneas do trabalho, mesmo em uma área como a educação superior, ainda se encontram relacionadas à visão oriunda da Revolução Industrial (BASTOS 2007). Embora haja tentativas de proposições alternativas ao modelo mecanicista de organização do processo de trabalho, são evidentes suas características no desenvolvimento da organização moderna, sendo boa parte da própria concepção associada ao taylorismo (PAIVA; SARAIVA, 2005). Uma das maiores causas da doença somática é o bloqueio contínuo que a organização do trabalho, em especial no Sistema Taylorista, pode provocar no funcionamento mental (DEJOURS, 1992).

Para Dejours (1992), é na organização do trabalho (divisão do trabalho, conteúdo da tarefa, sistema hierárquico, comando, relações de poder, responsabilidades) que se devem procurar as “forças” que “empurram” o sujeito de encontro à doença mental. Como se trata de um processo dinâmico, os sujeitos criam “estratégias defensivas” para se proteger.

Assume-se a definição de defesa como modos de agir individuais ou coletivos manifestos por meio de mecanismos de negação e/ou controle do contexto de trabalho causador de conflitos e contradições que geram custo humano e sofrimento psíquico. Estes mecanismos caracterizam-se pela negação, que representa a negação do sofrimento alheio e do seu próprio sofrimento, quando a expressão desse sofrimento é constrangedora ou quando ocasiona uma dificuldade subjetiva e pelo excessivo controle, que representa a minimização dos sentimentos de ansiedade, medo e insegurança, na maioria das vezes, negado pelo coletivo do trabalho (DEJOURS, 1992).

Na atualidade, parece existir uma tendência de banir o sofrimento do mundo do trabalho e desconsiderá-lo uma dimensão contingente à produção. Dar visibilidade ao processo de transformação do sofrimento em adoecimento, no âmbito da gestão do trabalho, se faz importante à medida que ele explicita a existência de situações de dominação e resistência, que misturam prazer e dor, além do aumento da prescrição e consumo abusivos de medicação. É possível observar, no interior das organizações, o quanto a tristeza é, imediatamente, nomeada como depressão e o medo, como paranoia, apenas para citar alguns exemplos. Esse adoecimento não se faz sem consequências, uma vez que ele discrimina, estigmatiza e exclui. Além disso, abre espaço para a medicalização das manifestações do sofrimento nas empresas através da prescrição indiscriminada, principalmente, de

antidepressivos e ansiolíticos (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004, DEJOURS, 1992).

### 3 Procedimentos metodológicos

Considerando-se o problema a ser investigado optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se o método do estudo de caso. O caso escolhido foi a análise do curso de Administração do *campus* avançado de uma instituição de ensino superior (IES) privada do estado de Minas Gerais. Optou-se pelo estudo de caso único, visando maior alcance em detalhamento e profundidade da pesquisa e análise. A coleta de dados foi realizada, inicialmente, a partir de entrevistas semi-estruturadas com quatro professores e da aplicação de um questionário para vinte professores do curso de graduação em Administração do *campus* avançado da IES. O número de entrevistas não seguiu um critério amostral, mas uma lógica de representatividade (critérios teóricos), na qual os sujeitos foram aqueles que possuíam maior probabilidade de responder ao questionamento central do estudo e oferecer visões relevantes sobre o fenômeno investigado: 01 coordenador do curso, pela importância da visão do gestor e 03 professores, com cerca de quinze anos de permanência na instituição, que, além de longa experiência em salas de aula, tivessem tido contato com o colegiado e com órgãos de representação da classe, constituindo-se naqueles que mais se identificavam com o alcance dos objetivos da pesquisa.

Durante a aplicação dos questionários, foram realizadas observações assistemáticas da dinâmica da sala de professores. Esta forma de observação foi útil para a compreensão das condutas adotadas pelos professores em um dos seus espaços de trabalho. Além disso, foram realizadas consultas aos documentos disponíveis, como o Programa Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), obrigatório por lei trabalhista, que define as diretrizes para a promoção e controle da saúde do trabalhador; manuais de normas e rotinas institucionais, etc.

Os dados obtidos através das entrevistas em profundidade foram submetidos à análise de conteúdo por meio de um procedimento explícito de análise textual, visando à sua codificação, a fim de buscar informações a partir de inferências. Foi utilizada a triangulação, intra-método, das fontes de dados pesquisadas, ou seja, as informações extraídas a partir dos questionários foram associadas e comparadas às obtidas por meio das entrevistas em profundidade, documentos consultados e observações assistemáticas.

## 4 Resultados e discussão

### 4.1 A instituição pesquisada e a realidade do corpo docente do curso de Administração

Trata-se de uma instituição de direito privado, cujo objetivo é prestar um serviço público de interesse coletivo. Não tem fins lucrativos, devendo todos os excedentes gerados ser revertidos em benefício de seus objetivos principais: ensino, pesquisa e extensão. Possui programas de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, em diferentes áreas de conhecimento, inclusive Administração. Além disso, está presente em importantes regiões do estado de Minas Gerais, através de uma estrutura *multicampi* e possui um serviço de Medicina e Segurança do Trabalho (SESMT) próprio, que disponibiliza aos professores políticas e projetos de prevenção e proteção à saúde.

O *campus* da IES, que inclui o curso a ser analisado, situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte e foi fundado em 1995, inicialmente com 05 cursos de graduação, no turno da noite, incluindo o de Administração. Conta hoje com aproximadamente 5000 alunos,

distribuídos em 12 cursos de graduação, 350 professores e 150 funcionários técnico-administrativos. Desde o início de sua criação, ficou estabelecido que a nova unidade desenvolveria uma proposta de ensino-aprendizagem diferenciada, rompendo e superando o modelo tradicional. Para tanto foram desenvolvidas atividades que possibilitaram o conhecimento do aluno que a universidade receberia, propiciando uma intervenção concreta e objetiva na realidade (TEIXEIRA; TEODÓSIO; ROSSI, 1996).

Em linhas gerais, o novo projeto teve como eixo central a ênfase no processo de produção do conhecimento, processo esse que tinha como pressuposto a interação professor-aluno. Merece destaque o esforço da instituição na discussão sobre a formação do administrador, a importância da construção do conhecimento contínuo, profundo e encadeado, não como uma "colcha de retalhos", além da importância de integrar teoria e prática e cuidar para a atualização constante dos conteúdos, tentando acompanhar o ritmo das transformações dos cenários e avanços tecnológicos (TEIXEIRA; TEODÓSIO; ROSSI, 1996).

O perfil geral dos participantes do estudo caracteriza-se por 2/3 de professores do sexo masculino, sendo que 52% do total são casados, 29% deles são divorciados e 19% são solteiros. A predominância de professores do sexo masculino parece provocar certo desconforto. Coincidentemente, ou necessariamente, o colegiado do curso é composto por professores, todos eles do sexo masculino. Comentários ressentidos a esse respeito foram percebidos durante a espera na sala dos professores, no período de aplicação dos questionários. As professoras parecem sentir-se desprestigiadas e desvalorizadas.

Os quatro professores entrevistados se encontram numa faixa etária entre 41 e 60 anos, são mestres, estão na instituição por período superior a 15 anos, excetuando o gestor, que está na instituição há 08 anos. Quanto à idade predominante do total de professores que participaram desse estudo, respondendo ao questionário, encontram-se entre os 35 e 55 anos, sendo predominante a faixa etária entre 41 e 45 anos, considerada como uma idade altamente produtiva. O perfil de faixa etária está relativamente bem distribuído, o que pode demonstrar certo equilíbrio entre a permanência e renovação do quadro de professores.

Uma grande preocupação parece ser a qualificação ou a deficiência de formação do professor disponível no mercado, que será o profissional a ser contratado no futuro. Percebe-se a necessidade de um processo de substituição no qual professores experientes possam contribuir para a formação dos mais jovens, trazendo menor prejuízo para a qualidade dos cursos: *"Um outro problema é como é que você vai processar essa substituição. (...) Falta formação pra ser professor. A maioria de nós nunca fez ma carreira de didática. (...) Tem um monte de gente aí que não tem a menor noção do que seja didática em sala de aula, mas quer discutir."* (E-2)

A incerteza de como a profissão docente se comportará diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na sociedade e até mesmo na própria profissão parece trazer sofrimento: *"O desafio é a própria profissão que está em transformação. Esse desafio de compreender esse processo de mudança pelo qual nós estamos passando, que é claro, é vinculado às transformações que a sociedade como um todo está vivendo, em função de novas tecnologias, novos arranjos de poder políticos, sociais. Há dificuldade em compreender que sociedade é essa que tá surgindo e há dificuldade em compreender que escola é essa, que professor é esse que o futuro demanda."* (E-4)

Quanto ao tempo de permanência no mesmo emprego/instituição, a maioria dos professores trabalha na instituição entre 11 e 15 anos. A maioria dos professores esteve presente por cerca de 70% do período de existência da instituição. Trata-se, portanto, de uma equipe de profissionais que acompanhou o início, o estabelecimento e a evolução da instituição, e que, portanto, parece conhecê-la bem.

Quanto ao nível de escolaridade, 72% dos professores são mestres (dentre esses, dois estão cursando o doutorado) e 14% são doutores. Outros 14% possuem somente o nível de

especialização, porém, não são professores efetivos. A maior parte do quadro de professores pesquisados (86%) faz parte do quadro permanente da instituição.

Todos eles atuam na graduação e aproximadamente 50% também na pós-graduação *lato sensu*. Somente um dos professores atua na pós-graduação *stricto sensu*. Apesar de ser uma situação diferente, em relação às condições de trabalho, sabe-se que é exigido de todo professor que atua na pós-graduação *stricto sensu* que ele atue também na graduação. Assim, além de ser submetido às pressões dos órgãos avaliadores, como a CAPES e outros, ele também está sujeito às condições impostas aos professores da graduação. Como ressalta Freitas (2007), é preciso que ele saiba lidar com a dicotomia de ser pesquisador e ser professor. A fala de um entrevistado retrata bem essa situação: *"Os professores de pós-graduação stricto sensu, com 40 horas, por causa da avaliação da CAPES e de curso, que é muito em cima da produção deles, isso tem um impacto muito grande. Mas, a gente que é aulista, horista na graduação, não tem."* (E-1)

Em média 43% conciliam a carreira de professor com outras profissões. Isso pode implicar em priorização de uma carreira em detrimento de outra, além de ser também uma possibilidade de melhoria do salário: *"A maioria dos professores não são de 40 horas, não são professores de dedicação da universidade, aí não são funcionários, vamos dizer assim. (...) E sentem a profissão, infelizmente, (...) a instituição é colocada como secundária. É o segundo emprego. Então, é um advogado, um engenheiro, um gerente, é um médico, um enfermeiro que trabalha numa determinada outra instituição e que ele vai à instituição de ensino A, B ou C para ministrar suas aulas."* (E-3)

#### **4.2 Percepção dos professores acerca sua da realidade de sofrimento no trabalho**

Com relação à satisfação com a profissão, 95% dos professores responderam que estão satisfeitos. A realização profissional tende a reduzir o sofrimento (DEJOURS, 1992; 1996), o mal estar (ESTEVE, 1999) e o *burnout* (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999).

As falas dos entrevistados mostram a satisfação profissional: *"Dar aula é um negócio super legal. É uma atividade extremamente nobre. Dar aula é uma coisa extremamente prazerosa."* (E-2) E também: *"Ser professor é bom, eu gosto muito. (...) É prazeroso, o contato com os jovens é muito bom. Eu sinto que consigo contribuir para o processo deles de construção de competências, de crescimento profissional, de crescimento pessoal também."* (E-4)

Com relação ao sentimento dos professores a respeito exercício profissional, especificamente na instituição, 75% deles disseram que se sentem valorizados com relação ao trabalho nesta instituição: *"O professor daqui é bem remunerado. Não só em relação às universidades públicas, mas em relação às privadas também e tem uma segurança relativa no emprego."* (E-4)

Quanto aos sentimentos de realização, motivação e energia pessoal: 85% se sentem realizados no trabalho; 75% se sentem motivados em relação ao trabalho; 75% se consideram com energia para o trabalho. Dejours (1992) afirma que é preciso que o trabalhador tenha seu trabalho reconhecido. Segundo ele, este reconhecimento, tem forte componente simbólico, como se percebe nessa fala: *"Quando você encontra com um aluno seu que tem uma história de sucesso, aí eu vejo uma recompensa. Quando você vê alguém que você encontrou lá no 1º período (...) e aí você encontra com ele um tempo depois e vê que é alguém que tá construindo uma história bonita. Eu acho que isso é legal. Muito mais legal do que o salário."* (E-2)

Quanto à satisfação em relação à instituição, 85% dos professores se consideram satisfeitos por trabalharem ali: *"A instituição tem políticas muito legais, assim (...). Como professor, em sala de aula, a gente tem autonomia (...) não tem ninguém ali fiscalizando (...). Ninguém vem com uma coisa pronta pra mim como bibliografia tem que ser essa, tem que ser aquilo, como que eu tenho que fazer, nem nada (...) isso é um diferencial, o professor dar a aula como ele quiser dar a aula."* (E-1.) Lima (1996) refere que o sentimento positivo relacionado ao trabalho vem de fatores como a possibilidade de controlar atividades e eventos bem como a oportunidade de usar e desenvolver habilidades.

Apesar do alto índice de satisfação, observa-se, na fala do entrevistado, a referência negativa quanto à relação dos colegas com a instituição. Parece haver um ressentimento pela diferença entre a relação afetiva de trabalho atual e a existente há anos atrás: *"Hoje eu sinto isso muito pouco, muito pouco. (...) E aí, se você pega essa gente nova que está na instituição, muitos são professores aulistas, não são professores de dedicação. O que a gente tinha aqui, como eu coloquei, há cinco anos atrás, hoje a gente não tem mais."* (E-3)

Quanto ao sofrimento relacionado ao trabalho, 50% dos professores referem não ter esse sentimento. Negar o sofrimento pode ser um sintoma de doença, no qual os grupos se esforçam para se manter produtivos, utilizando-se de mecanismos ou estratégias de defesa, à custa de muito sofrimento (DEJOURS, 1992; DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994; DEJOURS, 1996; DEJOURS; LANCMAN; SZNELWAR, 2008). Porém, falas dos professores entrevistados demonstram, claramente, a presença do sofrimento entre eles, como: *"Antes, eu me lembro disso, é uma sensação que eu ainda tenho, por exemplo, quando e comecei, eu dava aula à noite. Quando eu tava caminhando pra sala assim, aquilo tinha um peso pra mim, assim de que seria algo é ... seria algo um pouco doloroso, assim, né? Desgastante, mesmo, muito desgastante. Eu saía da sala de aula como se eu estivesse sem nenhuma energia, né? Aquela coisa assim que me sugava, e tal, né?"* (E-1).

No relato a seguir, percebem-se estratégias de defesa como, por exemplo, a negação do sofrimento, a fuga, a recusa em se confrontar com o sofrimento alheio, a necessidade de se evitar conflitos, se tranquilizar e se reconfortar, o isolamento: *"Há períodos em que os professores reclamam, parece até uma necessidade de buscar uma catarse. E, às vezes, a gente sai depois da aula, vai pro bar, pra relaxar um pouquinho antes de dormir, e aí, baixa sobre a mesa essa nuvem de descontentamento e insatisfação, né? E aí, aquilo que deveria ser um momento de relaxamento se torna mais uma sessão dessas de reclamações contínuas. Às vezes fica tão desagradável que eu começo a fugir dos colegas, porque fica insuportável. Se você deixa se contaminar por isso, chega uma hora que você tá tão pesado com esse mal-estar generalizado que você começa ter fobia da sala de aula, fobia dos alunos."* (E-4)

O intervalo entre as aulas significa, para muitos professores, um recurso de "fuga" às adversidades cotidianas, seja prolongando o tempo de entrada na sala de aula, reduzindo o tempo de exercício da docência, nos acordos de permutar o intervalo para antecipar o término da aula, ou no prolongamento do intervalo, reduzindo o tempo de se enfrentar a sala de aula e com os problemas que dela advêm (ESTEVE, VERA, 1995): *"Me dá uma tristeza danada quando eu tô ali, aplicando prova, ou um exercício, que eu chego na porta, 10:00 da noite - a aula termina às 10:30 - e as salas estão todas vazias. Esse é o pacto mais nojento que tem. A pessoa consegue aproveitar de uma situação contingencial junto com o aluno, e aí, o aluno conspira junto com ela: vamos todo mundo embora, hoje tem jogo! Isso faz parte também."* (E-2)

As perdas, sejam econômico-financeiras ou de prestígio profissional, parecem também ser responsáveis por boa parcela de sofrimento no trabalho: *"O impacto na saúde é maior, na medida em que esse tempo maior na profissão vá significar que você está cada vez mais imerso numa situação onde a sua profissão tem menos prestígio, onde sua profissão desempenha um papel, cada vez mais, subalterno. Sim, claro!"* (E-4) Ou como na fala de outro entrevistado: *"Se você vai reduzindo benefícios, isso gera uma sensação de insatisfação. Por exemplo, o professor que é antigo e que conhece isso, vai se sentindo desvalorizado. Por que é que está tirando? (...) Cadê, não tem mais o benefício?"* (E-1)

Às vezes o professor se sente preso à estrutura organizacional em situações que o impedem de tomar atitudes ou decisões que se choquem com as posições institucionais. Conforme assinalado por Clot (2007), a diminuição do poder de agir do homem acarreta seu sofrimento: *"Se as pessoas quisessem dizer o que realmente acontece, a gente mudava um pouco o filme. Como é que você tolera um professor dando aula com o mesmo caderno que ele usou há dez anos atrás? Quando pega o plano de ensino e vai ver a bibliografia que o professor tá usando numa disciplina que muda 300, 400 vezes no ano o conteúdo dela, por força de legislação, e a melhor referência que ele tem, a mais atualizada é de 1992, 1993? O que você faz?"* (E-2)

Com relação à própria saúde, 55% dos professores estão satisfeitos com a sua saúde. Há quem se refira à própria saúde como se entendesse que cada um tem o direito, e também o

dever, de se cuidar e de se preocupar com sua própria condição: *"Eu me prezo muito hoje, pela minha saúde, pela minha vida social, pela minha vida pessoal, pela minha vida familiar. Eu me dou o direito de cuidar de mim. E não sou aquele workaholic que eu já fui."* (E-3)

Alguns relatam já ter se ausentado do trabalho por motivo de doença, sempre ressaltando certo pesar e a difícil decisão de se afastar: *"Fiquei dois meses afastado. Por saúde eu acho que é mais dolorido ainda. É você não poder exercer sua profissão. Então, é triste, é triste."* (E-3)

Dejours (1992) destaca a reticência maciça em falar da doença e do sofrimento. Quando se está doente, tenta-se esconder o fato. A recusa em falar da própria realidade, a racionalização e a negação do sofrimento, aparecem como estratégias de defesa na fala do professor: *"Minha saúde inspira cuidados e eu não tenho tempo para cuidar. (...) Eu gostaria de não discutir minha saúde."* (E-4)

Quanto à opinião dos professores em relação ao impacto da carga de trabalho sobre as situações de adoecimento: 50% deles consideram que o aumento da carga de trabalho possibilita um maior número de casos de afastamento por motivo de doença, enquanto 30% deles acham que a carga de trabalho impacta muito pouco nas situações de adoecimento: *"Eu tive um grande impacto de saúde. De chegar a assumir oito disciplinas diferentes, 32 horas-aula, terminar uma aula 10:30 da noite num campus, num determinado dia, e assumir aula sete horas da manhã no dia seguinte, num outro campus, num outro lugar em que nenhum dos dois era perto da minha residência. Eu cheguei num ponto em que meu médico falou assim: ou você se cuida ou a vida cuida de dar um fim em você."* (E-3)

Referindo-se ao impacto das mudanças do ensino superior sobre as condições de saúde no trabalho, 55% dos professores consideram existir um grande impacto das mudanças na saúde. Destaca-se na fala do professor um sentimento de auto-responsabilização: *"Eu acho que quem impacta na saúde do professor é ele mesmo, sério. Nós é que nos exigimos muito, de certa forma. (...) A forma como eu me organizo na preparação das minhas aulas, a forma como eu me organizo para corrigir minhas tarefas profissionais, como professor, a forma como eu me organizo em relação às aulas. Isso causa impacto. Se eu não souber lidar com isso, aí eu acho que isso se torna um complicador."* (E-3)

Parece haver uma percepção de que está havendo um incremento no número de professores que fazem uso de medicação para o controle de enfermidades, confirmando estudos de Dejours (1992) e Brant e Minayo-Gomez (2004): *"O número de professores que se tornam hipertensos e começam a ter que tomar medicamentos, e aí é diariamente, ele vem aumentando significativamente. (...) E o número de professores que usam esses medicamentos, visivelmente, não tem dados empíricos, né, é grande. As referências sobre professor que infartou, teve que colocar ponte, elas também são frequentes. Professores que infartaram, morreram, não houve como tratar, também há um número razoável. Ao longo desses 16 anos, eu perdi muitos colegas aqui. E todos eles relativamente jovens, 40, 50 anos."* (E-4)

Quanto às doenças mentais relacionadas ao trabalho, houve referência à "doideira" e à depressão. O mercado de trabalho tornou-se um foco de doenças como depressão e estresse: *"E, psicologicamente, a depressão. Então, os eventos que indicam depressão são muito frequentes. Você tem situações de reclamação coletiva contra a sala de aula, contra o aluno, que são, às vezes, assustadoras"* (E-4)

Além dessas doenças, 70% dos professores relatam ouvir queixas de cansaço e estresse relacionados ao trabalho: *"Sempre! Sempre! Acho que, em geral, é a questão dessa dedicação. (...). Então o pessoal se queixa dessa demanda intensa, por ter que se dedicar ao ensino, pelo cansaço o deslocamento (...) o próprio trânsito em que a gente vive é complicado, e isso te causa um certo estresse."* (E-3)

Quando questionados em relação ao que gera incômodo no cotidiano do trabalho, 65% dos professores se posicionaram, de maneira clara e objetiva, a respeito do incômodo gerado pela mercantilização do ensino: *"A percepção generalizada entre essas pessoas que eu conheço é de que a mercantilização ela é uma força cada vez mais poderosa dentro das escolas. E que ela tem criado uma série de constrangimentos par o professor que se vê como educador."* (E-4)

No que diz respeito à evolução da gestão universitária nos últimos tempos, 50% dos professores concordaram que a gestão, no geral, tem se tornado mais autoritária. Parece haver um sentimento de que não existe autonomia para a tomada de decisões que afetariam o bom andamento do trabalho, como, por exemplo, a demissão de um professor que apresenta

comportamento inadequado, trazendo prejuízo para a concretização dos objetivos: "(...) pra você mandar um professor embora aqui, só se ele... E, mesmo assim, é capaz da gente ter que ter paciência com ele, porque, naquele momento, ele estava vitimado, acometido por um surto de loucura, decorrente do excesso de trabalho demandado pela instituição. E aí, isso incomoda." (E-2)

A sensação de que as decisões já estão tomadas, antes mesmo de as situações serem levadas para um grupo de discussão, também é presente na fala do professor. O sentimento de não pertencimento e a impossibilidade de utilizar seus conhecimentos ou habilidades, contribuindo para a resolução dos problemas podem transformar-se em estopins para a vontade de desistir. Essas são características da despersonalização, presente na síndrome de *burnout*, descrita por Codo (1999): "Burocrático, e que tudo já vem resolvido de cima pra baixo. A gente não tem muito espaço. A coordenação também não. Não é culpa dos coordenadores. Eu fui vendo, ao longo do tempo, que eles também já recebem tudo pronto." (E-1)

O excesso de trabalho foi relacionado por 60% dos professores como gerador de incômodo, principalmente no que diz respeito ao ensino à distância: "Ouvindo os colegas que trabalham com ensino à distância, minha sensação é de que as coisas são piores ainda, por que o que eles me descrevem é uma situação onde o uso da tecnologia permite a intensificação do ritmo de trabalho e da exploração do trabalho do professor. Então eles têm turmas gigantescas de 200, 250 e quase 300 alunos. É uma carga de trabalho brutal com um acréscimo salarial insignificante." (E-4)

Além do aumento do número de alunos para cada professor, em decorrência da falta de regulamentação, as escolas caracterizam o ensino à distância como algo que não tem vínculo trabalhista direto e, portanto, usam formas de contratação bastante precárias (SINPRO, 2007).

A presença da violência dentro da instituição também recebeu destaque nas falas de alguns professores. A violência na escola parece refletir a violência generalizada na sociedade: "Segurança também é um dos problemas que a gente tem percebido dentro da universidade. Acho que esse é um desafio para a universidade. Eu acho que é uma coisa nova, assim, que tá difícil pra universidade lidar com isso. Por exemplo, de aluno que entra armado para a sala de aula porque é da polícia, de algumas agressões mesmo, entre alunos, ou entre aluno e professor. Coisa que já aconteceu duas vezes, aluno que riscou carro de professor. São desafios para a universidade." (E-1)

A escola deixou de ser motivo de respeito, perdeu o apoio moral e a autoridade real, abrindo espaço para a entrada da violência, expondo a comunidade acadêmica ao medo constante: "Homem não briga mais. Homem dá tiro. Aqui, qualquer menino desses tem uma mauser dentro da pasta. Eu já tive que mandar um professor embora daqui com um louco ameaçando de matar, com um trabuco desse tamanho dentro da pasta." (E-2)

Quando questionados sobre a maior ênfase das IES nos resultados econômicos, nos últimos tempos, 70% dos professores concordam que se tem valorizado muito os resultados econômicos: "A universidade, talvez sob uma bandeira de maior profissionalização, ela optou por uma política mais gerencialista. Eu acho que isso tem diminuído o espaço do debate e diminuído o espaço das questões mais acadêmicas mesmo. As últimas reuniões de professores com a coordenação de curso que eu participei, eram só pra discutir picuinha. Coisas mais ligadas a problemas administrativos burocráticos." (E-1)

Destaca-se o conflito entre as dimensões pedagógica e comercial. Na medida em que se valoriza mais a dimensão comercial da educação, parece haver, em contrapartida, um sentimento de desvalorização da profissão de professor: "A lógica da universidade como bem público, que tem um fim público, ela ocupa espaços cada vez menores, e espaços subordinados. Os parâmetros que são determinantes da organização do espaço, da definição dos grupos, da alocação dos professores, ela é de negócio. (...) E, ao fazer isso, ao ter que lidar com as questões da dimensão negócio, até acho que se não lidar ela vai à falência, eu sinto que ela se divide internamente e constituem-se duas identidades distintas e, eventualmente conflitantes. E a minha sensação é de que, ao longo do tempo, definiu-se uma hierarquia. A parte negócio venceu. A lógica de negócio, na minha visão, ela é dominante." (E-4)

Quanto ao incômodo gerado pelo sentimento de ser refém do aluno, quando consideradas as mudanças do ensino superior, 55% dos professores referiram o sentimento de que estão se tornando reféns dos alunos-clientes, enquanto 25% discordaram.

Parece existir uma indignação relacionada ao fato de o professor se sentir submetido às exigências do aluno que é tratado como cliente na instituição. Ressalta-se a perda de autoridade da IES e do professor, na medida em que a relação professor-aluno se transforma em uma relação de fornecedor-cliente: *“O aluno paga por um estudo e acredita que pagando ele tem o direito de receber uma contrapartida sempre positiva, que é a ideia do mercantilismo, né? Se você compra um produto, você quer um produto bom, um produto de qualidade, e algo de positivo. Você quer o resultado daquele produto, E a educação não funciona dessa forma. Eu acho que isso tem sido um fator difícil de lidar.”* (E-3) Ou ainda: *“A instituição de ensino, em princípio, ela está trabalhando pra garantir a construção, preservação e o desenvolvimento de um bem comum, que, no caso é o conhecimento, e tendo a educação como estratégia pra preservação e pro desenvolvimento desse conhecimento. Ela tem, portanto, uma posição de autoridade espiritual, ética e científica. Quando você passa a ser um negócio e tem um cliente, que é o aluno, a autoridade, automaticamente, é deslocada pro outro lado. O aluno é quem manda, como em qualquer negócio.”* (E-4)

Houve um comentário de um professor que parece refletir o posicionamento da instituição com relação à postura do aluno como cliente: *“Se a universidade encarasse isso com mais seriedade... Eu acho que encara pouco. Eu acho que até alimenta por outro lado. Então, isso tinha que ser uma coisa mais discutida. (...) Chamando as entidades estudantis pra colocar isso: essa não é uma relação de fornecedor-cliente, não! É uma relação ali, professor-aluno, universidade aluno, cidadão, e não cliente/consumidor. Eu não vejo essa discussão acontecer. Fica na sala de aula, com a gente.”* (E-1)

Quando indagados sobre como estarão as condições de saúde no trabalho nos próximos anos, as opiniões se dividem equitativamente (30%) entre baixas e altas. Além disso, 35% dos professores consideram que as condições de saúde no trabalho no futuro não estarão nem baixas e nem altas. Os professores, apesar de sentirem que as condições de trabalho e saúde no futuro podem piorar, parecem estar acomodados em seu *status quo*, onde é mais confortável continuar como está do que arriscar a perder sua posição ou, até mesmo, seu emprego: *“Com a intensificação da exploração, as condições de saúde pioram, isso é inevitável. (...) Enquanto não houver mobilização dos professores, nada melhora. No atual momento, a categoria está muito desmobilizada. Até há alguns problemas aqui e acolá, mas, não vale à pena arriscar um emprego por causa disso. No curto prazo, eu entendo que as coisas ficam assim, com a intensificação dos ritmos de trabalho e os professores desmobilizados, porque entendem que desfrutam de uma condição boa relativa ao mercado.”* (E-4)

Nóvoa (1999) já destacava que nunca a fragilidade e o empobrecimento das práticas associativas dos professores foram tão grandes, trazendo consequências muito negativas para a profissão docente. Torna-se urgente descobrir novos sentidos para a ideia de coletivo profissional, encontrando espaços de debate, criando rotinas de planejamento, funcionamento, modos de decisão e práticas pedagógicas que valorizem a troca, a co-responsabilização, a colaboração e a partilha entre colegas professores.

## 5 Considerações Finais

O presente estudo permite o avanço do conhecimento acerca do sofrimento gerado pelo trabalho de professores universitários e das estratégias desenvolvidas por eles para lidar com este sofrimento.

A pesquisa de campo, realizada numa IES privada da grande Belo Horizonte, mostrou uma equipe de professores predominantemente masculina, na maioria mestres, com idade média entre 41 e 45 anos, que trabalham na instituição por mais de 10 anos, e cerca de 40% conciliam a docência com outra carreira.

A maioria se mostrou satisfeita com a profissão docente e considerou inexistir sofrimento no trabalho, apesar de falas dos entrevistados que mostraram sofrimento visível. Com relação ao trabalho na instituição, predominou o sentimento de satisfação, e a maioria dos professores se considerou valorizado, realizado, motivado e livre para empregar seu

potencial. Apesar disso, apenas um pequeno percentual deles se posicionou em situação de conforto para colocar suas ideias e críticas e muitos concordaram que a gestão institucional vem se tornando mais autoritária, trazendo a sensação de que as decisões já estão tomadas, antes mesmo de as situações serem levadas para um grupo de discussão.

Cansaço, estresse, doenças como o infarto, a hipertensão, a depressão apareceram nas principais queixas de saúde, porém, alguns professores se consideraram saudáveis, demonstrando a vergonha como ideologia defensiva, escondendo a ansiedade por se sentir doentes e incapacitados para o trabalho. Os dados revelaram que os professores reconhecem que o aumento das exigências, da carga de trabalho impacta a saúde e o número de afastamentos por motivo de doença. Destacam-se, também, as condições de trabalho, com salas de aula de tamanho reduzido, com uma quantidade de alunos considerada excessiva.

A mercantilização, mercadorização ou massificação do ensino foram consideradas geradoras de desconforto ou incômodo, já que a educação é, por vezes, vista como um produto. A maior ênfase no resultado econômico foi percebida destacando-se o conflito entre as dimensões pedagógica e comercial. Na medida em que se valoriza mais a dimensão comercial da educação, parece haver, em contrapartida, um sentimento de desvalorização da profissão de professor.

Existe uma forte preocupação dos professores com respeito às avaliações, onde se veem na obrigação de entregarem um resultado sempre positivo, o que desperta um sentimento de indignação, relacionado ao fato de o professor se sentir submetido às exigências do aluno que é tratado como cliente na instituição. Ressalta-se a perda de autoridade da IES e do professor, na medida em que a relação professor-aluno se transforma em uma relação de fornecedor-cliente.

Não obstante as contribuições, algumas limitações da pesquisa devem ser reconhecidas, tais como, foram estudados professores de apenas um curso e uma IES; não se trata de um estudo comparativo entre professores de diversos cursos e diferentes realidades de trabalho. Dessa forma, esta pesquisa abre novas perspectivas para futuras investigações, sugerindo-se, então, o desenvolvimento de outros estudos para investigar quantitativamente a intensidade do sofrimento desses profissionais, estudos comparativos entre professores que atuam em diferentes níveis de ensino, por exemplo, mestrado e doutorado, comparados à graduação, pesquisas que conjugassem a realidade do ensino superior no mundo contemporâneo e estudos, por exemplo, comparando universidades públicas e privadas ampliar a investigação das estratégias de defesa para outras categorias profissionais submetidas a diferentes contextos de produção, o que contribuiria assim para o avanço e fortalecimento do conhecimento nas áreas de saúde mental e do trabalho na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho.

### Referências

BASTOS, A. V. B. O ofício acadêmico: singular ou plural? **O&S**, v.14, n.43, Out/Dez, 2007, p. 179-185. (Réplica a: “A carne e os ossos do ofício acadêmico”, de Maria Ester de Freitas).

BORGES, L. O.; ARGOLO, J. C. T. Estratégias organizacionais na promoção da saúde mental do indivíduo podem ser eficazes? In: JACQUES, M. G. & CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRANT, L. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A transformação do sofrimento em adoecimento: do

nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.9, n.1, Rio de Janeiro, 2004.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CODO, W., VASQUES-MENEZES, I. O que é burnout? In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237-254

DEJOURS, C.; LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Brasília: Paralelo 15, 2008. 395 p.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 158p.

DEJORURS, C. **O fator humano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (coord.) **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996, p. 149-173.  
DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *et al.* **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. 145p.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: MOTTA, F. C. P.; FREITAS, M. E. (Orgs.). **Vida Psíquica e Organização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.11-22.

ESTEVE, J. M. **O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: EDUSC. 1999.

ESTEVES, M. F. D. P. **Estresse psíquico em professores do ensino superior privado: um estudo em Salvador-BA**. 2004, 163f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Bahia.

FREITAS, M. E. A carne e os ossos do ofício acadêmico. **O&S**, v.14, n.42, Jul/Set, 2007, p.187-191.

FREITAS, M. E. Ser ou estar acadêmico? **O&S**, v.14, n.43, Out/Dez, 2007a, p.199-204. (Tréplica a: “O ofício acadêmico: singular ou plural?”, de Antonio Virgílio Bittencourt Bastos).

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Revista Educação e Pesquisa**, vol.31, n.2, São Paulo, Mai/Ago. 2005.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários.** 2005, 147f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis.

LIMA, M. E. A. **Os Equívocos da Excelência:** as novas formas de sedução na empresa. Petrópolis: Vozes, 1996, p.17-77.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1159-1180. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02/01/2012.

MENDES, A. M. B.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Psico - USF (Impr.)**, v.6, n.1, jan./jun. 2001, p.39-46. Disponível em: <[http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaPsicoUSF/Volume\\_12/uploadAddress/psico-6%5B6484%5D.pdf](http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaPsicoUSF/Volume_12/uploadAddress/psico-6%5B6484%5D.pdf)> Acesso em: 07/12/2010.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.4, Rio de Janeiro, out./dez. 2005, p. 797-807.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Cuadernos de Pedagogía**, n. 286, dez.1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores:** recomendação internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ UNESCO, 1984.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. O que é trabalho decente? Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente> Acesso em: 19/03/2012.

PAIVA, K. C. M.; CASALECHI, T. T. Relações de Poder, Assédio Moral e *Burnout* : um estudo em uma escola particular. ENANPAD – Encontro da ANPAD, 23, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, set. 2009.

PAIVA, K. C. M.; SARAIVA, L. A. S. Estresse ocupacional de docentes do ensino superior. **RAUSP**, v.40, n.2, São Paulo, abr./maio/jun. 2005.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares, **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, set./dez. 2004.

TEIXEIRA, M. G.; TEODÓSIO, A. S. S.; ROSSI, M. F. P. De coadjuvantes e expectadores a sujeitos: professores e alunos na experiência de ensino da PUC-MG/Betim. ENANPAD – Encontro da ANPAD, 20, 1996. **Anais ...** Angra do Reis, RJ, set. 1996.